

HISTÓRIA ECONÓMICA

A história desconhecida de um pioneiro no ensino de Economia

O chefe aduaneiro Francisco António Correia **revolucionou o Instituto Superior de Comércio**

Textos **JORGE NASCIMENTO RODRIGUES**

A introdução em Portugal de aulas de política económica internacional na segunda década do século passado foi uma inovação no ensino da Ciência Económica que tem estado esquecida. Até ali, os estudantes aprendiam uma trilogia de disciplinas em torno de uma mistura eclética a que se dava o nome de Economia Política, de várias áreas do Direito e de cadeiras mais técnicas viradas para a formação de técnicos aduaneiros e de quadros consulares e de empresas.

A mudança deve-se a um chefe de Alfândegas, Francisco António Correia, que era também professor no Instituto Superior de Comércio de Lisboa (ISC), recém-criado pela República num antigo colégio de freiras no Quelhas. O ISC era a única escola em Portugal virada para a Economia, e moldada pelos republicanos segundo as famosas Escolas de Comércio francesas. Apesar do seu papel renovador, Correia nunca foi incluído entre os ilustres economistas portugueses da época, uma galeria onde dominava a Faculdade de Direito de Coimbra, com Marnoco e Sou-

sa e o próprio Oliveira Salazar.

Correia, que chegou a ser um muito ativo diretor do próprio ICS entre 1917 e 1928, foi agora 'redescoberto' e os seus dois principais livros foram republicados pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG, herdeiro do ISC), uma iniciativa sob a direção de Carlos Bastien, um especialista na história do pensamento económico.

Herança sepultada

Bastien recorda ao Expresso que Correia começou por ser convidado em 1915 para lecionar uma nova cadeira de Regimes Aduaneiros. "Ele foi, depois, transformando o ensino daquela disciplina dando-lhe uma perspectiva de política internacional", refere o professor do ISEG. Correia confessara, então, que o seu objetivo "foi elevar a ciência da política económica internacional à categoria de disciplina independente", o que ele conseguiu a partir da reforma curricular de 1927. Em 1919 começara a publicar artigos na revista do



Francisco António Correia, o 'pai' da disciplina de política económica internacional no ensino superior FOTO D.R.

ICS sobre a matéria que dava nas aulas e três anos depois lançou o livro “Política Económica Internacional”, que era mais do que uma ‘sebenta’, agora republicado.

“O contributo de Francisco António Correia esteve como que literalmente sepultado”, lamenta Bastien. Ele foi secundarizado pelos doutrinadores corporativistas, que dominariam a direção do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF, sucessor do ISC) a partir de 1930 e, depois, foi ignorado pela geração de keynesianos que lideraram o ensino na escola do Quelhas a partir da reforma curricular de 1949.

O apagamento de Correia perdurou a ponto do seu livro “Política Económica Internacional” não ter sido incluído na coleção das 20 obras clássicas do pensamento económico português patrocinada pelo Banco de Portugal e pela Fundação Calouste Gulbenkian (e disponíveis *online* desde 2019). Da época de Correia escolheram-se nomeadamente a “Ciência Económica” e o “Ágio do Ouro”, respetivamente dos já referidos Marnoco e Sousa e Oliveira Salazar.

Liberal internacionalista

Correia não pertenceu nunca a nenhum partido nem sociedade secreta, mas foi ativo na vida pública. Era um “liberal pragmático”, diz Bastien. Foi um dos fundadores da “Seara Nova” em 1921 e chegou a ser ministro por algumas semanas dos Negócios Estrangeiros em 1920 e das Finanças em 1921. Uma das suas batalhas era a

importância estratégica da diplomacia económica.

A visão dele sobre os assuntos mundiais foi moldada sobretudo pela sua atividade internacional como vogal da delegação portuguesa às conferências internacionais após o fim da Primeira Guerra Mundial. E o seu pensamento económico teve dois gurus — o austríaco Rudolf Kobatsch, autor de um livro precisamente sobre política económica internacional (traduzido para francês em 1913), e Richard Cobden, um liberal radical britânico oitocentista.

Desde cedo, Correia revelou-se um antiprotecionista militante e manifestou-se cada vez mais frustrado com a ineficácia da Sociedade das Nações (SDN, antecessora das Nações Unidas) saída da Conferência de Paz de Paris de 1919 e 1920, onde se assinou o famoso Tratado de Versalhes. Criticou “o neomercantilismo fértil em represálias” que revelavam as potências vencedoras da guerra. Partilhava da mesma posição muito crítica de Keynes, que esteve presente em Paris. O seu pessimismo agravou-se com a participação em conferências seguintes da SDN. “Desilusões confrangedoras”, confessava, que o levaram a alertar para “a visão de uma guerra próxima inevitável”. Num intervalo de algum otimismo defendeu a criação de uns Estados Unidos da Europa influenciado pelas ideias federalistas (ver artigo em baixo).

A sua visão liberal levou-o a escrever uma “História Eco-

nómica de Portugal” — também agora republicada — em que valorizava o carácter precoce de abertura da economia portuguesa ao comércio internacional desde meados da primeira dinastia e a destacar-se das críticas tradicionais ao Tratado de Methuen (1703) que ele considerou como tendo trazido “vantagens efetivas” para Portugal.

Um pensamento eclético

Correia, tal como a maioria dos professores de economia do período republicano, tinha “um pensamento eclético” em termos de referências doutrinárias, refere Bastien. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos predominava a revolução neoclássica em Economia inspirada por Carl Menger, Léon Walras, Alfred Marshall, Vilfredo Pareto e Irving Fisher, a teoria do equilíbrio não entusiasmava os economistas portugueses.

No final da vida, Correia manifestou alguma simpatia pelo “nacionalismo económico metodizado”, sentindo a influência da corrente da economia corporativista que se tornara hegemónica no ISCEF com a consolidação da ditadura do Estado Novo. Morreu de cancro em 1938, um ano antes do eclodir da II Guerra Mundial, o que ele já previa quando falava de “uma visão sinistra de uma guerra destruidora”, numa conferência, em 1934, no Instituto Superior de Agronomia.

economia@expresso.impresa.pt

Um europeísta entre Guerras Mundiais

O ‘comercialista’ apresentou a ideia de Estados Unidos da Europa na Academia de Ciências há mais de 90 anos

Francisco António Correia foi, também, um europeísta precoce, uma espécie rara na própria Europa, onde o protecionismo económico e os nacionalismos mal curados da I Guerra Mundial ressurgiam. Numa conferência perante os pares na Academia de Ciências de Lisboa em dezembro de 1929, o professor do Instituto Superior de Comércio de Lisboa (ISC) advogou “uma federação europeia” contra “o perigo americano” que rapidamente estava a dominar a economia do continente. A conferência deste ‘comercialista’ (como eram conhecidos os licenciados do ISC) intitulava-se mesmo “Estados Unidos da Europa” e foi proferida já a ditadura militar, instaurada pelo golpe de 28 de maio três anos antes, entregara a Oliveira Salazar o Ministério das Finanças desde abril de 1928. Naquela união europeia incorporavam-se “as respetivas colónias, possessões e protetorados” que faziam parte dos impérios coloniais europeus, de que nem mesmo os republicanos mais radicais largavam a mão.

O perigo americano

Estávamos a mais de duas décadas de Robert Schuman e Jean Monet, a que hoje chamamos ‘pais da Europa’, avançarem em 1950 com a proposta de uma primeira comunidade económica europeia (a do carvão e do aço). O federalismo de Correia inspirava-se no apelo, três meses antes, do veterano primeiro-ministro francês Aristide Briand, Prémio Nobel da Paz em 1926, feito na assembleia da Sociedade das Nações (antece-

dente das Nações Unidas) para um projeto político continental europeu que fizesse frente ao “imperialismo americano” e que consolidasse a paz entre a França e a Alemanha (então conhecida por República de Weimar, um estado federal parlamentar depois da queda do último imperador).

O professor do ISC era, no entanto, um pragmático. Via a federação como um processo de “evolução lenta”, por etapas, como explica Carlos Bastien, professor do ISEG, responsável pela republicação, este ano, das obras de Correia. A primeira fase era uma trégua aduaneira. Seguir-se-ia a procura de uma unificação das legislações fiscal, da produção, do mercado laboral, do comércio intraeuropeu e do crédito. Acrescentava-lhe um “banco internacional que seria um poderoso incentivo para a unidade monetária”. No cume do processo, Correia falava de “um organismo político” pan-europeu de deliberação nomeadamente de assuntos fiscais.

Sintonia com Keynes

A posição europeísta de Correia não é uma surpresa para Bastien. O professor do ISC participara como assessor da representação portuguesa na Conferência de Paz de Paris de 1919, de que saíra o Tratado de Versalhes, e partilhava da indignação de John Maynard Keynes, que estivera presente como delegado do Tesouro britânico. Keynes escreveria no final desse ano uma violenta crítica contra “a paz cartaginesa” (subjugação imposta por Roma a Cartago) que as potências vencedoras da I Guerra Mundial — entre elas o seu próprio país — estavam a impor na Europa pós-guerra. Sem citar “As Consequências Económicas da Paz”, o livro escrito por

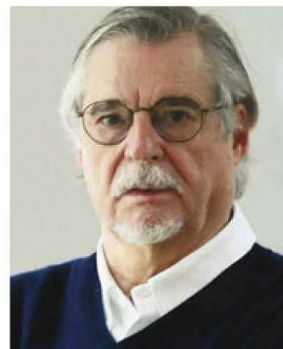
Keynes, Correia insurge-se contra o “egoísmo” dos vencedores e avisa que “uma supremacia conquistada por esses processos não pode deixar de ser efémera”.

Fiel à sua visão liberal antiproteccionista, Correia condena as decisões que tendiam “a reduzir a proporções mínimas os fatores predominantes de uma aproximação económica internacional”, o que só poderia “agravar e eternizar a crise mundial, cujos efeitos se vão fazendo sentir por toda a parte, com uma persistência pouco tranquilizadora”. O ‘comercialista’ fazia estes avisos ainda a crise financeira de 1929 não tinha rebentado e o nazismo não tinha triunfado na Alemanha. Contudo, não voltaria mais ao tema depois desta conferência na Academia de Ciências.

“Propunha uma política de pequenos passos tendentes à uniformização fiscal, do mercado de trabalho, do crédito e da legislação comercial na Europa. Sugeria a criação de um banco internacional”

Carlos Bastien

Professor no ISEG, coautor da republicação dos livros de Francisco António Correia



A primeira História Económica de Portugal

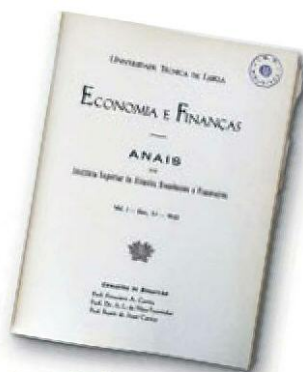
Não foi o primeiro livro sobre a história económica portuguesa, mas foi a primeira obra intitulada como tal, publicada em 1929 e 1930. O autor, Francisco António Correia, não lecionou a cadeira no Instituto Superior de Comércio, mas foi o segundo economista português a analisar a evolução da economia ao longo das dinastias. Fê-lo em função da posição de Portugal no comércio internacional. Parou em 1910 com a chegada da República. João Lúcio de Azevedo, que Correia cita amiúde como “eminente escritor”, antecipara-se um ano, ao publicar “Épocas do Portugal Económico”, uma história “obedecendo ao conceito materialista”, periodizando as mudanças em sete ciclos segundo o produto dominante.



LIVROS As duas obras de Francisco Correia republicadas agora pelo ISEG sob coordenação de Carlos Bastien

Um ativo diretor de revistas económicas

Juntamente com os matemáticos Aureliano Mira Fernandes e Bento de Jesus Caraça, Francisco Correia dirigiu os primeiros números da “Economia e Finanças”, a revista do então criado Instituto de Ciências Económicas e Financeiras (que sucedeu ao Instituto Superior de Comércio, onde eram professores). Na primeira série publicaram-se 4 números entre outubro de 1931 e abril de 1933. No terceiro número, em outubro de 1932, Correia publicou o seu primeiro texto de fundo sobre economia internacional. Em 1933 iniciou-se uma segunda série. Correia foi também fundador e diretor da “Revista das Alfândegas Portuguesas”.



REVISTA O primeiro número saído em outubro de 1931 sob direção de Francisco Correia